



J. D. Prestes
EIRELI

À Sra. Rose Faria Braga presidente da Comissão Permanente de Licitação da
Câmara Municipal de Santos.

Ref: Recurso Administrativo
CONCORRÊNCIA N° 02/2023
PROCESSO N° 01/2023

A empresa JD Prestes Ltda., por seu representante legal adiante assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, na qualidade de licitante no certame em epígrafe, apresentar Contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, ao recurso administrativo interposto pela empresa JAULE ENGENHARIA TERMICA LTDA, em face da decisão de sua inabilitação, o que faz conforme as razões a seguir expostas.



1. Tempestividade

Nos termos do fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Considerando que a comunicação da interposição de recurso se deu em 04/09/2023 e considerando o feriado de 07/09/2023 e o recesso da Câmara no dia 08/09/2023, o prazo recursal vence em 13/09/2023, sendo tempestiva a presente manifestação.

1. Fatos

A Câmara Municipal de Santos realizou licitação na modalidade Concorrência para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obra de Projeto de Ar Condicionado central VRF, com fornecimento de materiais e serviços, na Câmara Municipal de Santos.

Em 15/08/2023 as empresa interessada apresentaram os envelopes de habilitação e proposta, sessão pública foi suspensa para análise dos documentos de habilitação.

Em 25/08/2021, foi publicada a ATA com o resultado das análises dos documentos de habilitação, a empresa JAULE ENGENHARIA TERMICA LTDA foi inabilitada por não ter atendido ao item 7.3, conforme bem apontado pela Comissão de licitação da Câmara de Santos:

fornecimento; 6 - JOULE ENGENHARIA TÉRMICA LTDA CNPJ nº 02.865.285/0001-59, não foi possível realizar a autenticação da certidão apresentada pela licitante para comprovar a qualificação econômico-financeira (item 8.4.1 do edital), conforme informação obtida junto ao cartório que emitiu a certidão, esta só pode ser autenticada pelo prazo de 30 dias após sua expedição e a certidão é datada de 05/06/2023, apresentou cópia simples colorida da C.A.T. não sendo possível a verificação da autenticidade do documento, conforme item 7.3 do edital; 7 - SISTEMA DE ENGENHARIA DE



Diante desta decisão, a empresa JAULE ENGENHARIA interpôs recurso administrativo, requerendo a reforma da decisão de sua inabilitação.

2. Correta inabilitação da JAULE

Para efeito de habilitação no presente certame, o licitante deveria apresentar a documentação, caso seja obtida eletronicamente, a Comissão verificará a autenticidade do documento em caráter de diligência

7.3. A documentação será aceita no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório, por publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticado por servidor da Administração mediante a apresentação do respectivo original. ***Caso a documentação seja obtida eletronicamente, a Comissão verificará a autenticidade do documento em caráter de diligência.***

Em síntese, equivocadamente declara que sua inabilitação se deu em razão de regra editalícia manifestamente ilegal, já que a empresa atendia ao item 8.4.1

No entanto, as razões apresentadas pela JAULE não merecem ser acolhidas, e razões são as que se passa a demonstrar.

4. Correta Inabilitação da JAULE

O item 7.3 do edital, não necessita de interpretação a regra é clara e dá a opção ao licitante de que ele pode ou apresentar o documento autenticado por cartório ou no caso da documentação seja obtida eletronicamente, a Comissão verificará a autenticidade do documento em caráter de diligência, acontece que a certidão de falência e concordata que foram apresentados pela empresa Jaule tem prazo de validade ligado ao código de verificação, impossibilitando assim a sua autenticação da veracidade pela comissão de licitação.

A empresa JAULE ao apresentar documentos em cópia simples da CAT com o atestado, a empresa não cumpriu exigência editalícia estabelecida no subitem 7.3, do instrumento convocatório.

Pois bem, os documentos poderiam ter sido apresentados em cópias simples para autenticação pelo Presidente da Comissão de Licitação, contudo, a empresa não credenciou nenhum representante para participar do certame, de forma a impossibilitar a



adoção de tal procedimento, e, em uma vez que, a empresa apresentou documentos sem autenticação, impõe-se sua inabilitação.

Sabemos que a Administração deve tratar a todos os licitantes de forma isonômica, visto que não praticar atos visando aos interesses pessoais ou se subordinando à desta maneira, a Comissão de Licitação, não pode atestar o documento como sendo verdadeiro, sob pena de infringir a Lei e as normas trazidas pelo Instrumento Convocatório. A eventual correção acarretaria na substituição de informações essenciais ou, ainda, na inclusão posterior de documento que não se refira a mera complementação ou esclarecimento, seria necessário incluir outro documento original, ou autenticado.

Em suas razões recursais a própria JAULE admite não ter apresentado atestado autenticado, mas se defende apresentado um atestado autenticado no dia 31/08/2023.

Ao contrário do que alega a Recorrente, está correta a decisão que a inabilitou por descumprimento das exigências editalícias. A referida decisão, no caso, amparou-se no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e ao princípio da isonomia que não podem ser mitigados diante do defeito contido no documento de habilitação da Recorrente.

A LEI FEDERAL N.º 8.666/1993, assim dispõe em seu art. 32:

“Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.” (grifamos)

Sobre a autenticação dos documentos Marçal Justen Filho (2010, p. 486) e Jessé Torres (2009, p. 434) defendem a tese de que o licitante deve apresentar os documentos na forma estabelecida em lei, ou seja, se forem cópias estas devem vir autenticadas por cartório ou servidor. Como esta exigência é um dever legal, sustenta



J. D. Prestes
EIRELI

Marçal que o interessado que descumpri-la deve ser inabilitado da disputa. Assim, foi utilizada uma interpretação literal e positivista do dispositivo, destituída de conceitos sociais modernos.

Como regra, a ausência de autenticação desqualifica o documento. O interessado tem o dever de apresentar documento autenticado. Ainda quando a exigência não constituir em formalidade que se exaure em si própria, trata-se de dever que recai sobre as partes no exercício de seu direito de licitar.

Segue o citado autor (2002, p. 342) afirmando que “Aquele que não apresenta os documentos exigidos ou os apresenta incompletos ou defeituosos descumpra seus deveres e deverá ser inabilitado”

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer sejam recebidas as presentes contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, com o acolhimento das razões expostas para que **seja mantida a inabilitação da JAULE**, uma vez que, conforme restou acima comprovado, esta empresa apresentou documentação de qualificação técnica em desconformidade com o exigido em Edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 13 de Setembro de 2023

J.D. Prestes Ltda
Jaime Daniel Prestes
Administrador